



O OLHAR E OS CAMINHOS: "ESCOLHAS" PROFISSIONAIS DE JOVENS EM PORTUGAL E ANTIRRACISMO

Marcos Antonio Batista da Silva*

Resumo: Este texto propõe uma discussão sobre juventude e escolha profissional de jovens, considerando as desigualdades sociais e o racismo estrutural nas sociedades contemporâneas. O marco teórico-metodológico deste estudo dialoga com a teoria crítica de raça e racismo no campo das ciências sociais e da educação. Faz-se ainda a revisão de literatura sobre juventude e orientação vocacional. Neste contexto, perguntamos para os jovens se a escola poderia contribuir para esta discussão, além de conhecer as expectativas deles no que tange ao mundo do trabalho. Foram realizadas seis oficinas em escolas públicas portuguesas do ensino secundário, da região centro do país, entre 2019-2020. O resultado da experiência e vivência com os alunos sugere que as escolas podem ser um espaço mediador em condições de auxiliá-los no momento de escolha profissional, visando a um projeto de vida adulta, e ao mesmo tempo informá-los sobre o contexto social ao seu entorno, com um olhar para as desigualdades sociais e o combate ao racismo. O debate realizado nas oficinas indica ainda que os estudantes almejam seguir carreiras acadêmicas de maior "prestígio social" visando o mercado de trabalho futuro. Isto é, prestígio pode ser associado à relação candidato-vaga no processo seletivo, ao potencial de ganho na carreira ou à hierarquia social das profissões.

Palavras-chave: Jovens portugueses. Antirracismo. Escolha profissional. Oficinas. Educação.

LANÇAR UM OLHAR SOBRE OS JOVENS

Trabalhar um projeto de vida adulta com jovens propicia ao pesquisador revisitar sua própria história, repensar suas metas e desafios. Há diferentes concepções no que se refere ao próprio objeto ora em estudo: o jovem e a análise da diversidade sociocultural que o envolve. Para Helena Abramo e Oscar León (2005, p. 6), juventude é "uma faixa etária, um período da vida, um contingente populacional, uma categoria social, uma geração [...], mas todas essas definições se vinculam, de algum modo, à dimensão de fase do ciclo vital entre a infância e a maturidade".

* Doutor em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Investigador em pós-doutoramento no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, no âmbito do projeto POLITICS (Projeto 725402 - POLITICS - ERC-2016- OG). <http://orcid.org/0000-0003-2701-0316>. E-mail: marcos.psyco@yahoo.com.br

Ao propor uma reflexão sobre a educação de jovens, compreende-se que quanto mais se articula o conhecimento perante o mundo globalizado, mais os estudantes se sentirão desafiados a buscar respostas e, conseqüentemente, serão levados a um estado de consciência crítica e transformadora diante da realidade. Essa relação dialética é cada vez mais assimilada à medida que educadores e estudantes se fazem sujeitos do seu processo de conhecimento. Este estudo dialoga com a iniciativa da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas que proclamou o período entre 2015 e 2024 como a Década Internacional de Afrodescendentes – Resolução nº 68/237(ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2013).

A proposta da Década Internacional de Afrodescendentes enfatiza a necessidade de reforçar a cooperação nacional, regional e internacional em relação ao pleno aproveitamento dos direitos econômicos, sociais, culturais, civis e políticos de pessoas afrodescendentes, assim como sua participação plena e igualitária em todos os aspectos da sociedade, em defesa de medidas práticas e concretas por meio da adoção e efetiva implementação (inter)nacional de quadros jurídicos, políticas e programas de combate ao racismo, à discriminação racial, à xenofobia e à intolerância correlata enfrentados por afrodescendentes, tendo em conta, entre outros, os jovens.

Entende-se que educação sempre foi e é considerada como uma esfera fundamental, entretanto ambivalente em relação ao antirracismo. Considera-se fundamental alcançar uma mudança nas representações culturais e na inclusão das populações "minoritárias" e/ou racializadas, e como um domínio institucional em que as desigualdades e os quadros eurocêntricos foram historicamente reproduzidos e legitimados, como têm discutido Marta Araújo e Silvia Maeso (2013). Nessa direção, há recomendações para o desenvolvimento de programas educacionais nas escolas que possam efetivamente combater a discriminação racial e o racismo: Nilma Gomes (2012), Raquel Souza (2014), Cristina Roldão (2015) e Silvio Almeida (2019).

Para Souza (2014, p. 54):

O papel estratégico da instituição escolar e de outros espaços educativos por onde circulam os jovens é reforçado se considerarmos que, em muitos casos, estes sujeitos se constituem como a primeira geração de suas famílias que atingem níveis mais elevados de escolarização e, por isso, podem construir projetos de vida e perspectivas de profissionalização que se distanciam daquelas mais comumente realizadas por seus familiares adultos.

No Brasil, a reivindicação pelo acesso ao ensino superior para a população negra, indígena e egressa da escola pública constitui uma mobilização política da luta do movimento negro e dos jovens que se autodeclararam como negros. Vive-se na atualidade, pois, um momento ímpar da agenda das políticas educacionais, as políticas de ação afirmativa no Brasil, com têm discutido Ana Silva *et al.* (2020) e Rosana Heringer (2014). E devido à

seletividade persistente do sistema educacional brasileiro, justifica-se a continuidade de políticas de ação afirmativa principalmente no ensino superior no país e no campo do trabalho. Tais políticas (do Estado ou do setor privado) que visam ao aumento da presença de grupos racializados (negros e povos indígenas), entre outros grupos sociais, sub-representados em esferas da vida social, buscam promover a equidade racial e corrigir os efeitos presentes do racismo estrutural.

Iniciativas do movimento negro brasileiro continuam atuantes por meio da luta e de ações antirracistas no país. Cita-se como exemplo a comissão de juristas¹ criada pela Câmara dos Deputados, que, por meio de audiências, tem discutido a continuidade da política de cotas e ações afirmativas no campo educacional. Tais ações têm sido acompanhadas por vários setores da sociedade brasileira, como a Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN). Para Gomes (2012, p. 729), "a discussão sobre a raça no Brasil [...] não se faz no isolamento. Antes, ela se articula às questões históricas, sociais, culturais, políticas e econômicas mais amplas".

Almeida (2019, p. 32) diz que "o racismo é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertencem". Nesse sentido, Stuart Hall (2003, p. 69) assinala que a categoria "raça é uma construção política e social. É uma categoria discursiva em torno da qual se organiza um sistema de poder socioeconômico, de exploração e exclusão – ou seja, o racismo". Entende-se que a discussão sobre o racismo permite uma melhor percepção acerca dos mecanismos de produção e reprodução das desigualdades étnico-raciais. Jurema Werneck (2016) aponta que, para sua desconstrução, é necessária a implementação de políticas públicas, bem como o monitoramento e a avaliação delas.

Na esteira de Souza (2014, p. 7), perguntamos: "é importante conversar com estudantes [...] sobre os processos que envolvem a escolha de uma profissão? Nós acreditamos que sim". De um lado, há elementos de ordem subjetiva. De outro lado, há questões objetivas que dificultam esse processo (o racismo estrutural e as desigualdades sociais). Nas sociedades contemporâneas, o racismo estrutural e as desigualdades sociais afetam diretamente as trajetórias e oportunidades na vida dos jovens, sobretudo de grupos de jovens racializados (negros e povos indígenas).

O tema da juventude e educação apresenta-se na agenda das principais universidades e centros de pesquisa, procurando responder aos questionamentos e desafios que emergem de um mundo em transformação, como discutem: Beatriz Takeiti e Maria Cristina Vicentin

1 - Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/740569-audiencia-vai-debater-nesta-segunda-feira-politica-de-cotas-e-aco-es-afirmativas-na-educacao/>. Acesso em: 7 abr. 2022.

(2019), Marília Sposito, Raquel Souza e Fernanda Silva (2018), Nilma Gomes e Ana Amélia Laborne (2018), João Clemente de Souza Neto (2016), Cristina Roldão (2015) e Raquel Souza (2014). Esta última destaca que parte importante dessa discussão tangencia a "escolha do curso universitário" e o "conhecimento das oportunidades existentes para o acesso dos adolescentes pobres ao Ensino Superior" (SOUZA, 2014, p. 8).

Neste estudo, pretende-se ampliar esse debate apresentando alguns aspectos fundamentais sobre juventude; juventude, Estado e sociedade; juventude, educação e antirracismo. Enfatiza-se um relato de experiência (oficinas) que fomentou uma discussão com jovens de escola pública secundária em Portugal (2019-2020) no momento de escolhas profissionais. Por fim, apresentam-se algumas considerações finais.

JUVENTUDE: ALGUNS ASPECTOS

O nosso sujeito em questão é o jovem, e Lev Vygotsky (1996) buscou compreender o jovem a partir de alguns aspectos fundamentais: sua inserção em um modelo global de sociedade e suas ideologias. Dois fatores apontados pelo autor capacitam o jovem a sentir-se membro de sua classe social e dela participar: a vivência na sua comunidade, comungando de atividades e interesses, e o uso de conceitos que permitem conhecer essas atividades e interesses. Ao partilharem a ideologia de sua classe, esses conceitos desenvolvem-se inevitavelmente dentro de uma determinada ideologia social (VYGOTSKY, 1996).

Esses aspectos constitutivos da subjetividade do jovem permitem estabelecer, à luz da teoria de Vygotsky (1996), que é a partir da juventude que o indivíduo pode compreender a sua própria inserção na sociedade, em sua classe e na sociedade global. Vygotsky (1996) também aponta para o pensamento do jovem como muito mais flexível do que na infância, com possibilidade de ser dialético. Mas nem sempre os contextos nos quais esse jovem se insere contribuem para o desenvolvimento do pensamento dialético, questionador e transformador.

Por sua vez, Helena Abramo (1994) compreende que a noção mais usual do termo juventude está relacionada às mudanças físicas, psicológicas e sociais. Abramo (1994) faz observações ao examinar o pensamento de autores da categoria social, como por exemplo, Shmuel Eisenstadt (1976) que apresenta a juventude como um fenômeno universal da vida social, porém, e de modo peculiar, diz que cada sociedade define tais etapas, atribuindo-lhes significados. Esse modo peculiar está relacionado à forma da socialização do indivíduo na sociedade, porque somente a socialização da família não é o suficiente para esse processo de integração.

Philippe Ariès (1981) acrescenta a esse debate e destaca que a fase da juventude foi se processando no desenvolvimento da sociedade moderna ocidental, mediante a progressiva instituição de um espaço preparatório para a vida adulta. Isso significa que esse processo se

modifica devido às transformações da família, do trabalho, do processo escolar e de gênero. Acrescento às reflexões de Philippe Ariès a questão do racismo estrutural que afeta também os jovens, principalmente os jovens negros.

Para Gomes e Laborne (2018, p. 20):

O racismo é estruturante dos padrões capitalistas de apropriação/expropriação do trabalho, da terra e do conhecimento. E precisa ser superado. Ele se dá nas relações pessoais, nas instituições, está arraigado em nosso imaginário, práticas e nas estruturas sociais. O grande salto está em compreender que o racismo precisa ser entendido como a principal causa do extermínio da juventude negra. Se a violência contra essa juventude é multicausal, então, reafirmamos que o racismo é a macrocausa dessa violência. Ele é por si só violento. Inspira outras formas de violência, mas não se origina da violência socioeconômica ou do Estado.

Ao lançarmos nosso olhar acerca do grande leque de abordagens sobre o direito à vida da juventude, em especial da juventude brasileira, recorreremos novamente a Gomes e Laborne (2018, p. 3), que tomam como foco de análise as inter-relações entre juventude e raça e questionam:

Qual é a relação entre a garantia do direito à vida e a juventude negra? Como esse direito tem sido afetado pelo racismo? Será que a vida dos nossos jovens negros ao invés de ser garantida está sendo, na realidade, criminalizada? Há um extermínio da vida dessa juventude? Um genocídio? Quem luta para garantir o direito à vida dos nossos jovens negros? A educação se preocupa com essas questões?

Compartilha-se das reflexões de Gomes e Laborne (2018) de que um enfrentamento da juventude negra tem sido o universo da cultura, da música, da arte, da educação antirracista e de denúncias, visando ao combate ao racismo estrutural na sociedade brasileira.

JUVENTUDE, ESTADO E SOCIEDADES CONTEMPORÂNEAS: DESIGUALDADES SOCIAIS E RACISMO

Não existe uma maneira única de ser jovem. Cada um constrói, à sua maneira, um modo de ser, de agir, de confabular e de fazer sua história dentro de uma circunstância dada. As contínuas transformações do mercado de trabalho, a desigualdade social e o racismo estrutural repercutem na vida e na formação do jovem. Souza Neto (2016, p. 128), ao refletir sobre a desigualdade racial no Brasil, assinala que "a desigualdade racial no Brasil é constituída de múltiplas formas, sutis, materiais e simbólicas, que impedem o desenvolvimento

das potencialidades do sujeito e da população afrodescendente". Compartilha-se das reflexões de Souza Neto (2016) de que o racismo e o preconceito devem ser combatidos pela humanidade, por seus intelectuais, militantes, movimentos sociais de base, instituições educacionais públicas, pelos meios de comunicação e demais agentes públicos.

Nas palavras de Nilma Gomes (2012, p. 741):

Ao ressignificar e politizar a raça, compreendida como construção social, o movimento negro reeduca e emancipa a sociedade e a si próprio, produzindo novos conhecimentos e entendimentos sobre as relações étnico-raciais e o racismo no Brasil, em conexão com a Diáspora africana.

Essa realidade provoca o poder público, a escola, a família e a sociedade a discutir o emprego, a capacitação profissional, a segurança, o combate à violência contra os jovens, as desigualdades e o combate ao racismo. Compreende-se que há a necessidade de políticas públicas voltadas à população juvenil, e não apenas a formulação e a implementação de políticas de inserção laboral e educacional (ações afirmativas), como também de programas de lazer e cultura – há ausência de espaços culturais para jovens de todas as idades nas periferias, capacitação profissional e oferta de oportunidades para o exercício da cidadania e um projeto de vida adulta.

Numa sociedade marcada pela transitoriedade, repleta de sinais confusos, propensa a mudar com rapidez e de forma imprevisível, a escola, a família, o Estado e as demais instituições devem proteger os jovens, bem como cuidar da formação ético-social e profissional, para que eles possam modificar suas biografias e a das gerações futuras. Ressalta-se ainda a questão da pandemia: a propagação da Covid-19 tem imposto ao mundo desafios sem precedentes nas áreas de saúde, educação, trabalho, renda, entre outras.

De acordo com Márcia Santos *et al.* (2020, p. 230-234):

A pandemia da Covid-19 está revelando que os grupos populacionais que historicamente foram negligenciados, aqueles com baixa proteção ao emprego e as populações sem acesso adequado a cuidados de saúde acessíveis estão entre os mais atingidos, especialmente ao maior risco de óbito [...]. O Brasil conta com mais de 750 mil pessoas privadas de liberdade, cujo perfil é de maioria de pessoas negras, jovens, de baixa escolaridade [...]. Essa população está historicamente privada de seus direitos antes do aprisionamento, o que a coloca em situação de vulnerabilização.

Nessa direção, é importante que as necessidades da infância e juventude sejam contempladas com políticas públicas de maneira específica e positiva focada na promoção do desenvolvimento integral da pessoa. Que o apoio para a infância e juventude seja complementado por

investimentos em creche, educação, cuidados de saúde, proteção, cultura e lazer, segurança, em especial para jovens negros e de povos indígenas. Que dados e informações sejam coletados para identificar os grupos mais vulneráveis de jovens em todas as regiões e as iniquidades que os afetam, para direcionar mais investimentos com vistas à garantia de direitos e oportunidades.

Que os jovens sejam ouvidos nos processos de tomada de decisão como condição essencial para se alcançar a equidade. Que as escolas aproveitem a etapa de aprendizado dos estudantes e contribuam para que eles adquiram competências, habilidades e conhecimentos necessários para desenvolver todo o seu potencial e, por assim dizer, promover uma educação de qualidade. Que um esforço conjunto, contando com projetos integrados, seja feito para acabar com a violência que atinge em particular os jovens negros e de povos indígenas nas sociedades contemporâneas. No cenário da globalização, as questões sociais estão articuladas e formatadas pela tendência à acentuação das múltiplas formas de desigualdade social que perpassam a economia política e as questões de gênero, geracionais, de raças e etnias.

Nessa direção, Souza Neto (2016, p. 33) frisa o seguinte:

O extermínio de afrodescendentes não é problema somente de um povo. Cada adolescente assassinado é um ataque à humanidade, especialmente à sociedade brasileira. A libertação dos afrodescendentes no Brasil passa por uma mudança de concepção das políticas econômicas e culturais. Enquanto estiver respondendo às exigências econômicas e da política de exploração, não há como pensar numa emancipação.

Diante de um cenário de altas taxas de desemprego e de desestruturação e precarização do trabalho, como a juventude tem reagido? Hoje, jovens de todas as condições sociais expressam inseguranças e angústias ao falarem das expectativas em relação ao trabalho, no presente e no futuro. Por isso, é urgente a criação de programas específicos para essa camada da população, tais como programas de inserção no mercado de trabalho que contemplem jovens sem experiência profissional.

O que haveria de comum entre jovens? O que os diferencia? O que têm em comum os jovens que vivem em espaços sociais economicamente valorizados da cidade e aqueles que moram nas favelas e periferias? Jovens racializados (negros e de povos indígenas) de diversos gêneros, classes sociais e idades semelhantes? Estamos diante de uma mesma geração quando os sujeitos, em alguma medida, vivenciam espaços e tempos comuns de sensibilidades, saberes, memórias e experiências históricas e culturais.

O agravamento das condições de vida de parte ampla da população jovem brasileira – em especial os setores mais vulneráveis: jovens de povos indígenas, jovens negros e moradores de periferias e favelas – incide diretamente no aumento da sensação de insegurança no

presente e das incertezas quanto à vida futura (e presente até – porque estão muito mais expostos). Temos visto que sobre eles têm recaído as principais ações (não necessariamente de políticas públicas) de controle social tutelar repressivo e violento.

Segundo Fabiola Luna Pineda (2007, p. 8, tradução nossa):

A globalização também é uma mudança de paradigma nos relacionamentos dos seres humanos, mudança nas instâncias simbólicas em que as identidades são construídas. Embora as várias formas culturais não terminem ou se dissolvam, elas entram no processo de globalização das culturas, tornando porosas suas fronteiras étnicas ou culturais.

Nesse processo, muitos jovens vêm pagando o preço de políticas econômicas que os excluem das possibilidades de participar de maneira produtiva e cidadã da sociedade. Um dos grandes desafios democráticos se relaciona com as encruzilhadas que podem ser percorridas para que a participação social se torne objetivo e meta realizável numa sociedade em que tantos jovens se encontram em processo de exclusão econômica e marginalização social. A ampliação de conhecimentos sobre as diferentes realidades juvenis, necessidades insatisfeitas, motivações e subjetividades em curso, especialmente aquelas relacionadas com os jovens pobres, negros e de povos indígenas, que mais dificuldades enfrentam para realizar escolhas alternativas e projetos autônomos, é condição necessária para a definição de políticas públicas sintonizadas com os sujeitos e as realidades que se quer transformar.

EDUCAÇÃO, ANTIRRACISMO E JUVENTUDE NAS SOCIEDADES CONTEMPORÂNEAS: PONTOS PARA REFLEXÃO

No que concerne à temática da educação, propõe-se pensar a juventude como uma oportunidade que implica tratar os jovens como sujeitos de sua própria história, e não como objeto das expectativas dos adultos. Deve ser um processo interacional em que ambos devem contribuir para o crescimento do sujeito. Essa mudança de olhar que supera a visão de jovens como objeto do problema e se firma na visão de jovem como sujeito de oportunidades nos leva a uma perspectiva importante para a ação do sistema educacional, do trabalho e da mobilização da sociedade em nosso país. Há indicações de que uma parcela importante dos jovens nas sociedades contemporâneas está, atualmente, experimentando uma série de fragilidades e vulnerabilidades.

Entendemos que a reconstrução desse panorama possa ocorrer por intermédio da educação, que é percebida como uma esfera fundamental pela possibilidade de promover mudanças nas representações culturais, assim como da inclusão de narrativas de pessoas e/ou grupos historicamente excluídas da produção do conhecimento. A educação existe em todas as

esferas da vida do indivíduo. Ela existe em cada cultura, participando do processo de produção de crenças e ideias, de qualificações e especialidades que envolvem as trocas de símbolos, bens e poderes que, em conjunto, constroem tipos de sociedades. E essa é a sua força. A educação é a ação exercida pelas gerações adultas sobre as gerações que não se encontrem ainda preparadas para a vida social, e tem por objetivo suscitar e desenvolver, na criança, certo número de estados físicos, intelectuais e morais, como já alertara Émile Durkheim (1978).

Para Paulo Freire (1983), a educação muitas vezes vem sendo utilizada pela classe dominante para transmitir sua hierarquia de valores, na qual se tomou o ato educativo como um depósito de conteúdos que o professor faz no aluno a partir de uma premissa inicial: o professor possui a cultura e o saber; o aluno ignora e, por isso, necessita ser levado a esse saber. Isso implica que é importante elucidar no educando sua criticidade, criatividade e ação diante do que está dado: é preciso que o oprimido tenha consciência de sua opressão. Isso implica que a formação do homem democrático exige que se encontre um método de ensino capaz de permitir ao indivíduo apropriar-se do sentido altamente cambiante da sociedade e do tempo em que ele está vivendo.

Desde a década de 2000, pós-Conferência de Durban,² uma série de demandas históricas, movimentações e políticas ganhou novos impulsos, principalmente pelos movimentos sociais negros em diversos países. No Brasil, no campo educacional, políticas públicas educacionais foram instituídas, com as Leis nºs 10.639/2003 e 11.645/2008, que instituíram a obrigatoriedade do ensino de história e cultura africana, afro-brasileira, indígena e uma educação das relações étnico-raciais no Brasil, além das políticas de ação afirmativa, visando ampliar o acesso da população negra e indígena às universidades, como desdobramentos de lutas constantes do movimento negro brasileiro.

Na trilha de Luiz Fernandes de Oliveira (2014, p. 82) apreendemos que a Lei nº 10.639/2003, que estabelece a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Africana, introduzida há quase duas décadas no sistema educacional brasileiro, é "fruto de um amplo movimento histórico dos movimentos negros por uma educação antirracista". Segundo o autor, "esta legislação tem desafiado as políticas públicas, os docentes, os currículos, a formação docente e os conhecimentos históricos ainda estabelecidos no âmbito acadêmico" (OLIVEIRA, 2014, p. 82).

A revisão de literatura para este trabalho mostra que em diversos países, iniciativas locais, nacionais e internacionais têm colocado na pauta dos debates o combate ao racismo em prol de uma educação antirracista, fruto de lutas constantes de movimentos sociais de base, principalmente de movimentos sociais negros e acadêmicos engajados com o tema. Em Portugal, por exemplo, autores têm buscado "ampliar a discussão sobre o racismo na sociedade

2 - Disponível em: <https://brazil.unfpa.org/pt-br/conferencia-de-durban>. Acesso em: 7 abr. 2022.

portuguesa, em particular no espaço acadêmico, um debate dificultado pela inexistência de recolhas estatísticas com base na pertença étnico-racial" (RAPOSO *et al.*, 2019, p. 6).

Ainda segundo Raposo *et al.* (2019, p. 19):

A escola é paradigmática desses processos de estratificação. As crianças de nacionalidade dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), por exemplo, sofrem três vezes mais reprovações no 1º ciclo do que aquelas que têm nacionalidade portuguesa. [...] Nos 2º e 3º ciclos as taxas de reprovação são sistematicamente o dobro daquelas dos seus pares de nacionalidade portuguesa. Se a reprovação marca a forma como as crianças e jovens se relacionam com a escola, esta condiciona também o modo como a escola se relaciona com estes alunos. Pesando como um "cadastro", a reprovação funciona como (mais) um marcador social do estatuto depreciado dos alunos nas hierarquias escolares, contribuindo para a sua marginalização progressiva quanto ao tipo de ofertas que a instituição escolar terá para lhes oferecer (turmas, horários, currículos, escolas, etc.).

A educação, em contextos como o da América Latina e mesmo na Europa, tem sido considerada historicamente como uma esfera crucial na luta antirracista; e a universidade cada vez mais tem sido espaço de resistências possibilitadas e alimentadas por conflitos e disputas que vão produzindo entendimentos de "raça" e antirracismo, como tem discutido o projeto Politics (2017-2023).³

No Peru, por exemplo, o povo afro-peruano é particularmente invisibilizado nos currículos das ciências sociais e humanidades das universidades da capital limenha, assim como a bibliografia produzida por pessoas afro-peruanas, africanas, afro-brasileiras, segundo Marcos Silva e Luana Coelho (2020). Ressalta-se nessa direção a contribuição do projeto Politics, que, entre outras linhas de investigação, tem se ocupado de análises acerca de culturas acadêmicas e curriculares em universidades públicas sobre a produção de conhecimento de raça, racismo e antirracismo na América Latina e na Europa. Isto é, tem investigado sobre as principais correntes e abordagens para o estudo do racismo e do colonialismo na educação superior no campo das ciências sociais e humanas. Assim, Marcos Silva (2021) considera fundamental refletir acerca dos marcos conceituais, discursos e práticas que vêm sustentando as ações do Estado e dos movimentos sociais em relação às políticas educacionais voltadas à inclusão de negros, de povos indígenas, entre outros grupos racializados.

As práticas educacionais, como a construção do currículo, têm procurado desafiar o paradigma eurocêntrico por meio das diferenças representadas pelas experiências históricas dessas populações racializadas? Quando o tema é imigração, na sociedade portuguesa observamos,

3 - Disponível em <https://politics.ces.uc.pt/>. Acesso em 8 abr. 2022.

no estudo coordenado por Teresa Seabra *et al.* (2016, p. 52), que são poucas as pesquisas que dão ênfase aos trajetos de descendentes de imigrantes:

Se a presença dos descendentes de imigrantes na escola tem sido muitas vezes analisada pelo prisma do insucesso e exclusão escolar, desde o final da década de 1980 que têm vindo a surgir pesquisas que se debruçam sobre os trajetos escolares de marcado sucesso de alguns grupos sociais anteriormente afastados da escola, ou pelo menos dos seus patamares mais prestigiados. Em Portugal essa é uma linha de pesquisa recente.

Nessa direção, vale destacar para este estudo uma experiência realizada na sociedade portuguesa, no que tangencia à escolha profissional de jovens de escolas públicas, com um olhar afrocentrado (GONZALEZ, 1984).

OFICINA COM JOVENS EM PORTUGAL: DIFERENTES OLHARES E "ESCOLHA" PROFISSIONAL

Para além dos conceitos sobre juventude e dos enfoques acerca dos estudos das relações étnico-raciais, especificamente raça, racismo e antirracismo, propõe-se também uma reflexão sobre o resultado da experiência e vivência deste autor em um programa de extensão intitulado "O CES vai à escola" (CVE)⁴, do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (CES-UC), dirigido predominantemente a escolas e contextos educativos formais e não formais:

O programa constitui, assim, uma das estratégias fundamentais de disseminação da cultura científica do CES, através da promoção de contactos entre as/os investigadoras/es e a comunidade escolar. Ao mobilizar uma parte assinalável do corpo de investigadoras/es do CES, a iniciativa funciona como uma montra que permite ao CES estimular o impacto social dos saberes produzidos na academia, contribuindo para democratizar o acesso ao debate e à cultura científica a largas camadas de jovens (CES..., 2020, p. 4).

A educação escolar em Portugal desenvolve-se em três níveis: Ensino básico; Secundário; Superior. A educação pré-escolar é facultativa e destina-se às crianças com idades compreendidas entre os 3 anos e a idade de ingresso no ensino básico (6 anos). O ensino básico é universal, obrigatório e gratuito e compreende três ciclos sequenciais: 1º Ciclo: 1º, 2º, 3º e 4º anos;

4 - Disponível em: <https://ces.uc.pt/publicacoes/cesemcena/52/cesemcena52.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2022.

2º Ciclo: 5º e 6º anos; 3º Ciclo: 7º, 8º e 9º anos. O ensino secundário é obrigatório e compreende um ciclo de três anos (10º, 11º e 12º anos de escolaridade) (PORTUGAL, 2022).

Por meio do projeto de extensão CVE, pretendeu-se contribuir para a divulgação do conhecimento produzido em diferentes áreas de investigação, por meio da partilha do trabalho de investigação desenvolvido no CES-UC, que exprime e busca restabelecer e fortalecer esse vínculo com a comunidade. Há um papel importante desempenhado. Isto é, dialogar não só na perspectiva de levar o conhecimento da universidade a outros lugares, mas também dialogar com os conhecimentos que existem em outros espaços sociais, como as escolas. Isso permite sair do espaço "fechado" da universidade e realizar a intervenção no espaço público. O CVE permite-nos chegar a públicos não acadêmicos, em especial os jovens estudantes.

As oficinas realizadas tiveram como denominação "O olhar e os caminhos: representações sociais de jovens e escolha profissional" e foram realizadas num total de seis, em escolas públicas, com jovens portugueses do ensino secundário, entre dezembro de 2019 e março de 2020. Desse modo, pretendeu-se uma promoção de debates que fomentassem um alargamento dos públicos e das vozes envolvidas na investigação acadêmica:

Num país, como Portugal, em que a relevância dada à extensão é ainda reduzida, e num momento em que a academia está cada vez mais condicionada, seja pelos critérios hegemónicos de publicação em revistas indexadas, seja pela pressão neoliberal para privatização das universidades e para a instrumentalização do saber, a emergência e consolidação do "CES vai à Escola" não é separável da perspectiva à luz da qual o conhecimento deve estar, antes de mais, ao serviço de critérios de justiça social e de democratização do saber (CES..., 2020, p. 4).

Contudo, propomos na oficina discutir sobre o imaginário e as representações sociais que os jovens fazem de diferentes profissões; o curso e a profissão escolhida; a inserção e/ou permanência na universidade, além de indagarmos de modo geral sobre as instituições e como estas se relacionam com a presença de pessoas racializadas em diferentes posições e esferas de poder e influência. Fez sentido também apresentar a esses jovens alguns dos caminhos possíveis para o ingresso em uma formação na universidade. Assim perguntamos se e como o racismo institucional pode impactar o ingresso no mercado de trabalho. E como os estudantes imaginam o espaço universitário: perfil dos alunos/professores.

Responder e equacioná-las, no entanto, não é tarefa fácil, sobretudo se tal desafio se realiza sem que os jovens contem com espaços mediadores, capazes de auxiliá-los na reflexão sobre seus desejos e visões de mundo e, ao mesmo tempo, de informá-los sobre o contexto social em que estão vivendo (SOUZA, 2014, p. 53).

Para Souza (2014, p. 8), esse tipo de discussão "permitiria aos jovens conectar o ensino aos seus planos de futuro, fossem eles de inserção profissional e/ou de prosseguimento dos estudos". Compartilha-se das reflexões dessa autora, no sentido de que parte importante desse debate relaciona-se à escolha do curso universitário e ao conhecimento das oportunidades existentes para o acesso dos jovens ao ensino superior e a permanência deles.

Ressalta-se que, nas intervenções realizadas, a população era majoritariamente branca (heteroclassificação), o que revela um certo silenciamento sobre a questão racial. Esse contexto nos remete a Michel-Rolph Trouillot (2017), com suas análises acerca do poder na produção histórica e dos processos de silenciamento que atravessam o conhecimento histórico.

Eu me autodeclaro negro e tive desde a infância um convívio com narrativas sobre questões relacionadas ao racismo e às desigualdades. Contudo, essa preocupação se tornou mais evidente à medida que a minha trajetória educacional se desenvolveu. Refletir sobre tais questões me levou a eleger a juventude como foco de estudos, buscando investigar a percepção de estudantes do ensino médio sobre suas escolhas profissionais. Assim, além de buscar construir uma proposta que atendesse a essa demanda, buscou-se introduzir a temática dos jovens racializados. Observa-se que em Portugal não é incluída uma pergunta sobre a origem étnico-racial da população em censos nacionais⁵. Esse fator também foi desafiador para conhecer diferentes realidades de grupos de estudantes.

Roldão (2015, p. 3), ao investigar os perfis e processos subjacentes aos trajetos escolares bem-sucedidos de alguns jovens das classes populares e descendentes de africanos em Portugal como forma de contribuição para o entendimento das desigualdades sociais perante a escola, explorou várias pesquisas sobre esse tipo de trajetória:

[...] muitas delas interessadas nas estratégias e estilos educativos das famílias, mas também trabalhos, parte deles enquadráveis nas "teorias da reprodução", que se dedicam aos processos de "exclusão relativa" que perpassam a massificação escolar e às especificidades da experiência escolar dos "novos alunos".

Ainda segundo Roldão (2015, p. 3):

Do ponto de vista do debate das desigualdades [...]. De diferentes formas, esses aspetos contribuem para que os jovens das classes populares, especialmente das franjas mais instabilizadas e marginalizadas, muitos deles de origem africana, encontrem, à partida e ao longo do trajeto escolar, maiores obstáculos à (re)construção de um sentido significativo para o projeto e sucesso escolares.

5 - Disponível em: <https://www.dn.pt/pais/censos-2021-nao-vai-incluir-pergunta-sobre-origem-etnico-racial-dos-cidadãos--11019723.html>. Acesso em: 8 abr. 2022.

Para essa autora, "os trajetos escolares são, portanto, construídos muitas vezes de forma descontínua (interrupções, desistências prolongadas, várias mudanças de escola e de curso), quer pela referida 'indefinição do projeto', mas sobretudo por imperativos econômicos das famílias" (ROLDÃO, 2015, p. 297). Roldão (2015) ainda chama a atenção para a importância e necessidade de apoios financeiros escolares, mas também de mecanismos de informação, orientação e acompanhamento escolar contínuo centrados nos projetos de vida dos jovens, além de respostas institucionais que favoreçam a conciliação das diferentes esferas de vida (ROLDÃO, 2015).

Nas oficinas realizadas com os estudantes foram introduzidos debates que proporcionaram reflexões e subsídios que permitissem estabelecer um diálogo sobre um futuro percurso profissional/acadêmico, considerando também as desigualdades sociais e o combate ao racismo. Para Wanda Aguiar (2006, p. 12), é importante dar ênfase "aos pressupostos teóricos e metodológicos [...] a discussão sobre a orientação profissional não pode se resumir à apresentação de um conjunto de estratégias e de atividades. É fundamental a discussão [...] da prática e dos processos que aí ocorrem".

Compreende-se que os fatores que influenciam a escolha profissional são muitos, com peso e composição diferentes na história individual dos jovens. Esses fatores estão em permanente interação, e é essa combinação entre eles que caracteriza o quadro geral da possibilidade de uma "escolha profissional". Será que todas as pessoas têm a possibilidade de "escolher" uma profissão? Desse modo, a nossa proposta visou como público de interesse a estudantes do ensino secundário (do 10º ao 12º ano), com um número de participantes em torno de 20 jovens e tempo de duração de aproximadamente 90 minutos (incluindo apresentação, exibição de vídeo e debate).

O objetivo geral foi discutir sobre o imaginário e as representações sociais que os jovens fazem de diferentes profissões; o curso e a profissão escolhida; a inserção e/ou permanência na universidade, considerando também o contexto dos jovens racializados. Como as instituições se relacionam com a presença de pessoas racializadas em diferentes posições e esferas de poder e influência? O desenvolvimento da atividade foi ancorado em debates, utilização de recursos audiovisuais e material didático, como o *Guia Tô no rumo – jovens e escolha profissional: subsídios para educadores*, de Raquel Souza (2014), e nas discussões de Ana Bock, Odair Furtado e Maria de Lourdes Teixeira (2001).

Desse modo, os estudantes refletiram sobre as características das profissões, o mercado de trabalho, a importância social e a remuneração das profissões, o tipo de trabalho e as habilidades necessárias ao seu desempenho. Houve ainda uma discussão sobre as novas carreiras que nasceram com a tecnologia e estão em alta no mercado: segurança de informação, tecnologia da informação, especialistas em clima e meio ambiente, piloto e controlador aéreo de *drones*, agricultura urbana, entre outras. Os estudantes dialogaram e expressaram desejos, dúvidas e intenções de qual carreira seguir, considerando também o processo

de escolarização (exame nacional⁶ custos da formação). Nessa direção, observa-se que o exame nacional que os estudantes precisam realizar para o ingresso na universidade é um fator crucial para suas escolhas e para um projeto de vida adulta. Ou seja, a escolha da profissão passa necessariamente pelo exame realizado e pela trajetória educacional, e, muitas vezes, essa opção poderá não ser necessariamente contemplada, isto é, pode-se ou não alcançar uma pontuação para a carreira acadêmica desejada.

Outro debate importante que fez parte das oficinas tangenciou os grupos sociais (família, amigos e instituições) dos quais os jovens participam. As redes de ajuda e solidariedade são fundamentais para a realização dos projetos de vida universitária. Há famílias que nutrem os projetos de mobilidade social de seus filhos, considerando que o capital cultural adquirido na universidade proporcionará isso. Se, de um lado, os jovens têm expectativas, as instituições, o mercado de trabalho, a família e a sociedade, de outro, também têm seus projetos. A família não é uma instituição isolada. Está vinculada aos dramas da sociedade. É um produto social e cultural que pode ou não, a depender de seu entorno, ser um espaço de proteção e resistência. Muitas vezes, as desigualdades sociais, o racismo e a falta de políticas públicas afetam diretamente famílias racializadas.

Quanto às questões étnico-raciais, apreendemos com Carlos Hasenbalg e Nelson do Valle Silva (1998) que a origem social (família) é o primeiro momento em que a raça afeta os indivíduos. Dentro da escola, outros fatores se somam ao legado da origem social, influenciando a mobilidade educacional dos alunos negros. Para os negros, a passagem pelo sistema educacional é ainda "mais importante" que para os brancos; essa seria uma das formas pelas quais os negros poderiam superar as desigualdades de origem, qualificando-se para aproveitar os canais de mobilidade ascendente.

Porém, o sistema educacional tende a reproduzir as desigualdades de origem e não a contrapô-las. Compreende-se que a educação continua sendo um dos campos fundamentais na transformação social, de mobilização política e de combate ao racismo e às desigualdades sociais nas sociedades contemporâneas. Mas são também fundamentais políticas públicas educacionais que propiciem o ingresso e a permanência no espaço educacional, e isso inclui a valorização e a história da cultura dos afrodescendentes e de outros grupos racializados no currículo educacional e nas políticas de ação afirmativa no que concerne ao campo educacional e ao trabalho.

As discussões também abordaram a importância social das profissões, sobretudo no que se refere à situação da pandemia da Covid-19.⁷ Os estudantes entendem que todas as profissões respondem a algum tipo de necessidade social e contribuem para a manutenção da

6 - O Concurso Nacional de Acesso ao Ensino Superior é organizado anualmente pela Direção Geral do Ensino Superior (DGES). Disponível em: <https://www.examesnacionais.com.pt/>. Acesso em: 8 abr. 2022.

7 - Disponível em: <https://www.who.int/pt>. Acesso em: 8 abr. 2022.

vida em sociedade. No entanto, sabe-se que a sociedade atribui diferentes índices de prestígio às profissões. Nessa direção, observamos que, no contexto da pandemia do novo coronavírus, as sociedades contemporâneas têm aprendido a conviver com novos formatos, em especial no que se refere ao mundo do trabalho (teletrabalho).

Durante as oficinas realizadas, também foi discutido acerca de antigas profissões, que, devido ao progresso, à tecnologia, entre outros, acabaram por desaparecer na totalidade. Por exemplo, o datilógrafo (aquele que escreve à máquina), depois do surgimento do computador, praticamente foi substituído pelos digitadores. Ressalta-se ainda o debate realizado acerca da "valorização" de diversos profissionais que, durante o confinamento da Covid-19, não tiveram o privilégio de ficar em casa, como segurança pública, condutores de ônibus, trens e metrô, limpeza urbana, trabalhadores de supermercados, profissionais da saúde, cuidadores, ajudantes do lar, entre tantos outros, com os quais nos solidarizamos. Eles estão e estiveram nas ruas, em hospitais, nos supermercados e nos transportes públicos expostos a riscos e trabalhando pela segurança e pelo cuidado de todos.

CAMINHOS FINAIS...

Este estudo é resultado da realização de seis oficinas realizadas com jovens, nas quais se abordou o momento de escolhas profissionais em Portugal. Participaram das oficinas jovens de ambos os sexos, de cidades da Região Centro de Portugal, estudantes de escolas públicas dos anos finais do ensino secundário. Quanto ao recorte racial, como já evidenciado, não há, em Portugal, recolha de informações sobre dados étnico-raciais. Entretanto, durante as oficinas, foi possível perceber, pelos discursos de alguns estudantes, que o fator discriminação racial/racismo, no que concerne aos imigrantes, poderia ser uma barreira a enfrentar no ingresso no mercado de trabalho. Deve-se destacar que não foi explicitada a questão dos afrodescendentes, mas sim do "imigrante".

Isso sugere que as instituições educacionais são espaços de tensionamentos e silenciamentos em relação às narrativas étnico-raciais. Ainda assim, seria importante que pesquisas pudessem revelar o perfil étnico-racial de discentes universitários, trajetórias, cursos, carreiras e local de estudo. Nesse sentido, pudemos observar, por meio do documento do Grupo de Trabalho Censos 2021 – Questões "Étnico-Raciais", criado pelo Despacho nº 7.363/2018, que, em sua proposta, "recomenda-se a inclusão da questão sobre a 'origem e/ou pertença étnico-racial' nos Censos de 2021", como pudemos observar no "Sumário do trabalho do Grupo de Trabalho (GT) Censos 2012 – Questões 'Étnico-Raciais'" (ALTO COMISSARIADO PARA AS MIGRAÇÕES, 2019, p. 9).

No entanto, no Censo de 2021, não foi perguntada em Portugal a origem étnico-racial dos cidadãos, como pretendia o grupo de trabalho criado para avaliar a questão. Nessa direção, alguns movimentos sociais de base, como o SOS Racismo, manifestaram "frustração e perple-

idade' pelo facto de o Instituto Nacional de Estatística (INE) não incluir no Censos 2021 uma pergunta sobre a origem étnico-racial dos cidadãos" (AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DE PORTUGAL-LUSA, 2019).

Toma-se como princípio a juventude como uma construção sócio-histórica, em que se pressupõe que as abordagens sobre ela variam de acordo com os contextos sociais, históricos, económicos e culturais em que são formuladas e propiciam a afirmação de que a juventude não é somente concebida como uma etapa de transição para a vida adulta. Dentro dessa forma de perceber o jovem, procura-se situar elementos norteadores para o enfrentamento dos impasses próprios do mundo globalizado, como as novas dinâmicas do trabalho, a educação, a família, a própria juventude e a luta antirracista.

Por um lado, os jovens participantes das oficinas realizadas enfatizaram que suas famílias estão atentas as suas escolhas profissionais, exercendo influência (projetando uma profissão ou recomendando uma determinada área). Por outro, apoiando de forma incondicional a escolha do jovem.

Outras instituições, como a escola, as agremiações e o grupo de pares (família e amigos), também aparecem como transmissores de valores. Os estudantes evidenciaram, em sua maioria, a importância de a escola estar mais engajada nessas discussões e frisaram que a oficina e os debates foram importantes para as suas reflexões quanto às suas futuras escolhas. A escola é um espaço que acolhe e onde o jovem pode aprender. Deve ser um local em que o jovem possa exercitar suas vivências e convivências. É nesse espaço de convivência e aprendizagem, em que se dão encontros e relações, que o jovem questiona valores e começa a construir seu projeto de vida adulta.

As oficinas realizadas proporcionaram reflexões acerca de escolhas profissionais dos jovens: percepções, contradições pessoais, ausência de identificação pessoal com determinada carreira, condição social, trajetória escolar para alcançar determinada carreira, influência da família, grupos sociais, entre outras. Sobretudo num momento em que a sociedade exhibe um cenário de crises (pandemia, desigualdades sociais, guerras). Este trabalho é o produto de um processo realizado por muitas mãos: dos facilitadores responsáveis pela orientação dos jovens (professores, gestores e ajudantes), do CVE, que viabilizou a possibilidade do desenvolvimento das oficinas, e dos jovens participantes.

As oficinas realizadas com os jovens ainda indicaram que uma parte dos alunos, mesmo estando próximo a terminar o curso secundário e de realizar exames nacionais para ingressar no ensino superior, continua indecisa na carreira a seguir, ora devido a inseguranças quanto à pontuação necessária no exame para o ingresso na carreira pretendida, ora por incertezas de continuidade no ensino superior, isto é, se ingressam em cursos profissionalizantes e/ou mercado de trabalho.

Mas, de modo geral, grande parte dos estudantes almeja ingressar no ensino superior, principalmente em instituições públicas e em carreiras que proporcionariam "a profissiona-

lização, enquanto um processo de diferenciação social, isto é, de realização ou manutenção de posições sociais derivadas da posse de uma credencial de nível superior" (MASS *et al.*, 2021, p. 3). Nesse sentido, "a credencial atua como um meio importante de mobilidade social ascendente, mas, sobretudo, de reprodução de estratos sociais de alta renda (MASS *et al.*, 2021, p. 3).

The look and the paths: professional "choices" of young people in Portugal and anti-racism

Abstract: This text proposes a discussion about youth and young people's professional choice, considering social inequalities and structural racism in contemporary societies. The theoretical-methodological framework of this study dialogues with the critical theory of race and racism in the field of social sciences and education. In addition to the literature review on youth, vocational guidance. So we ask: "Are schools spaces where it is possible to include such a discussion?". To this end, we carried out six workshops entitled, "The look and the paths: social representations of young people and professional choice", and were carried out in public schools, with Portuguese young people, in the Central Region of Portugal, of secondary education, between December 2019 and March 2020. The result of the experience and experience with the students suggests that schools can be a mediating space capable of helping them in this moment of professional choice aiming at an adult life project, and at the same time informing them about the social context around them, with a look at social inequalities and the fight against racism. In general, the students participating in the workshops, with rare exceptions, aim to enter the university, especially public educational establishments, and often close to their region of residence, in careers that, according to them, have greater "social prestige". That is, prestige can be associated with the candidate-vacancy relationship in the selection process, with the potential for career gain, or with the social hierarchy of professions.

Keywords: Portuguese youth. Anti-racism. Professional choice. Workshops. Education.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, H. *Cenas juvenis: punks e darks no espetáculo urbano*. São Paulo: Scritta: Anpocs, 1994.

ABRAMO, H.; LEÓN, O. Introdução. In: FREITAS, M. (org.). *Juventude e adolescência no Brasil: referências conceituais*. São Paulo: Ação Educativa, 2005. p. 6-8.

AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DE PORTUGAL-LUSA. SOS Racismo "perplexo" por INE excluir pergunta sobre origem étnico-racial do Censos. 18 jun. 2019. Disponível em: <https://www.tsf.pt/portugal/sociedade/censos-2021-sos-racismo-diz-se-perplexo-por-ine-nao-incluir-pergunta-sobre-origem-etnico-racial-11020011.html>. Acesso em: 20 jan. 2022.

AGUIAR, W. A escolha na orientação profissional: contribuições da psicologia sócio-histórica. *Psicologia da Educação*, São Paulo, n. 23, p. 11-25, dez. 2006.

ALMEIDA, S. *Racismo estrutural*. São Paulo: Sueli Carneiro, Polén, 2019.

ALTO COMISSARIADO PARA AS MIGRAÇÕES. Grupo de Trabalho Censos 2021 – Questões "Étnico-raciais". Lisboa: ACM, 2019. Disponível em: <https://www.acm.gov.pt/-/grupo-de-trabalho-censos-2021-questoes-etnico-raciais->. Acesso em: 20 jan. 2022.

ARAÚJO, M.; MAESO, S. A presença ausente do racial: discursos políticos e pedagógicos sobre história, "Portugal" e (pós-)colonialismo. *Educar em Revista*, Curitiba, n. 47, p. 145-171, mar. 2013.

ARIÈS, P. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.

BOCK, A.; FURTADO, O.; TEIXEIRA, M. de L. T. *Psicologias: uma introdução ao estudo da psicologia*. São Paulo: Saraiva, 2001.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. *Diário Oficial da União*, Brasília, 10 jan. 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em: 28 jan. 2021.

BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. *Diário Oficial da União*, Brasília, 11 mar. 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm. Acesso em: 28 jan. 2021.

CES VAI À ESCOLA: dez anos de atividades. *CES em CENA*, Coimbra, n. 52, p. 4-5, jul. 2020. Disponível em: <https://ces.uc.pt/publicacoes/cesemcena/52/cesemcena52.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2022.

DURKHEIM, É. *Educação e sociologia*. São Paulo: Melhoramentos; Rio de Janeiro: Fundação Nacional de Material Escolar, 1978.

EISENSTADT, S. *De geração a geração*. São Paulo: Perspectiva, 1976.

FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GOMES, N. Movimento negro e educação: resignificando e politizando a raça. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 33, n. 120, p. 727-744, 2012.

GOMES, N.; LABORNE, A. Pedagogia da crueldade: racismo e extermínio da juventude negra. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v. 34, p. 1-26, 2018.

GONZALEZ, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*, São Paulo, v. 2, p. 223-244, 1984.

HALL, S. *Da diáspora: identidade e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

HASENBALG, C.; SILVA, N. do V. Educação e diferenças raciais na mobilidade ocupacional no Brasil. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 22., 1998, Caxambú, MG. *Caderno de resumos e programação [...]*. Caxambú: ANPOCS, 1998.

HERINGER, R. Um balanço de 10 anos de políticas de ação afirmativa no Brasil. *Revista TOMO*, n. 24, p. 17-35, jan./jun. 2014.

LUNA PINEDA, F. Reimaginando el Perú: el diálogo intercultural. *Educación*, Lima, v. 16, n. 30, p. 7-40, abr. 2007.

MAAS, L. W. D. et al. Profissão e Estratificação Social: desigualdades nas trajetórias de médicos e enfermeiros no Brasil atual. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 36, n. 105, p.1-22, 2021.

OLIVEIRA, L. F. de. Educação antirracista: tensões e desafios para o ensino de sociologia. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 39, n. 1, p. 81-98, mar. 2014.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Resolução nº 68/237, de 23 de dezembro de 2013. Disponível em: https://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/68/237. Acesso em: 28 jan. 2021.

PORTUGAL. Ministério da Educação e Ciência. Quais os níveis de educação escolar obrigatória em Portugal? Disponível em: <https://www.acm.gov.pt/pt/-/quais-os-niveis-de-educacao-escolar-obrigatoria-em-portugal->. Acesso em: 7 abr. 2022.

RAPOSO, O. et al. Negro drama. Racismo, segregação e violência policial nas periferias de Lisboa. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, n. 119, p. 5-28, 2019.

ROLDÃO, C. *Fatores e perfis de sucesso escolar "inesperado": trajetórias de contratendência de jovens das classes populares e de origem africana*. 2015. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, 2015.

SANTOS, M. et al. População negra e Covid-19: reflexões sobre racismo e saúde. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 34, n. 99, p. 225-244, 2020.

SEABRA, T. et al. *Caminhos escolares de jovens africanos (PALOP) que acedem ao ensino*. Lisboa: Alto Comissariado para as Migrações, 2016.

SILVA, A. C. et al. Ações afirmativas e formas de acesso no ensino superior público: o caso das comissões de heteroidentificação. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, v. 39, n. 2, p. 329-347, ago. 2020.

SILVA, M. Educação antirracista no contexto político e acadêmico: tensões e deslocamentos. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 47, p. 1-18, 2021.

SILVA, M.; COELHO, L. El racismo anti-negro y la (in)visibilidad del pueblo afroperuano en la universidad. *D'Palenque: Literatura y Afrodescendencia*, Lima, v. 5, n. 5, p. 108-125, 2020.

SOUZA, R. *Guia Tô no rumo – jovens e escolha profissional: subsídios para educadores*. São Paulo: Ação Educativa, 2014.

SOUZA NETO, J. C. de. Crianças e adolescentes afrodescendentes e o sistema de proteção integral. *Laplage em Revista*, Sorocaba, v. 2, n. 3, p. 122-135, 2016.

SPOSITO, M.; SOUZA, R.; SILVA, F. A pesquisa sobre jovens no Brasil: traçando novos desafios a partir de dados quantitativos. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 44, p. 1-24, 2018. DOI 10.1590/s1678-4634201712170308

TAKEITI, B.; VICENTIN, M. C. Juventude(s) periférica(s) e subjetivações: narrativas de (re)existência juvenil em territórios culturais. *Fractal: Revista de Psicologia*, Rio de Janeiro, v. 31, n. esp., p. 256-262, 2019.

TROUILLOT, M.-R. *Silenciando el pasado: el poder y la producción de la historia*. Granada: Editorial Comares, 2017.

VYGOTSKY, L. Paidologia del adolescente. In: VYGOTSKY, L. (org.). *Obras escogidas*. Madrid: Visor, 1996. p. 11-248.

WERNECK, J. Racismo institucional e saúde da população negra. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 25, n. 3, p. 535-549, 2016.

Recebido em março de 2021.
Aprovado em fevereiro de 2022.